2. É possível que um papa ensine um erro na fé?

A CÁTEDRA DE SÃO PEDRO
Image not found or type unknown

A CÁTEDRA DE SÃO PEDRO

Na Basílica de São Pedro, no fundo da abside, é preservada, inserida em um relicário de bronze dourado, a preciosa cátedra que foi utilizada por São Pedro. Esta cátedra (termo em latim: *cathedra*) deu origem às definições "*ex cathedra*", proclamadas "do alto da cátedra" pelo Vigário de Cristo.

> "Este assento estava decorado com ornamentos de marfim [...]. A cátedra de São Pedro era feita de carvalho, como pode ser facilmente deduzido hoje pelas peças principais da estrutura original, como os quatro grandes pés, que ainda estão preservados em seu lugar e mostram vestígios dos numerosos furtos cometidos pelos fiéis ao longo dos tempos, retirando lascas para conservá-las como relíquias. A cátedra possui dois anéis laterais nos quais eram inseridos bastões para seu transporte; isso corresponde perfeitamente ao testemunho de São Enódio, que a chamou de *sedes gestatoria* (cadeira de portadores)" (Dom Prosper Guéranger: *Santa Cecília e a sociedade romana nos dois primeiros séculos*, Paris 1874, p. 69-70).

Se o papa **tem uma fé sempre pura, não se vê como ele poderia ensinar um erro na** fé. A este argumento de razão, pode-se acrescentar a voz do magistério.

O Concílio Ecumênico Vaticano I publicou dois textos sobre a infalibilidade: *Dei Filius* e *Pastor Aeternus*.

Os Padres do Vaticano afirmam categoricamente a infalibilidade DIÁRIA de São Pedro e de sua Igreja. Pela bula *Aeterni Patris* de 3 de julho de 1868, Pio IX convocou um concílio ecumênico e exortou o mundo católico a confiar na Igreja. "Para que ela (a Igreja) procedesse sempre com uma ordem e uma retidão infalíveis, o divino Salvador prometeu estar com ela até a consumação dos séculos". O ensinamento de Pio IX foi retomado e desenvolvido pelos Padres do Concílio em sua constituição dogmática *Dei Filius* de 26 de abril de 1870. O prólogo é muito belo: "Jesus Cristo, prestes a retornar ao seu Pai celestial, prometeu estar com sua Igreja militante na terra **todos os dias [!]** até a consumação dos séculos [cf. Mateus XXVIII, 19]". Um pouco mais adiante, os Padres

conciliares se alegraram que a Igreja fosse perpetuamente governada pelo Espírito Santo. "Portanto, **em nenhum momento,** ela *pode,* cessar de testemunhar e pregar a verdade de Deus, que cura tudo; ela não ignora que lhe foi dito: 'Meu Espírito, que está em ti, e minhas palavras que pus em tua boca, não se afastarão de tua boca desde este dia até a eternidade' *(Isaías* LIX, 21)".

> "Devem ser cridas, de fé divina e católica, todas as coisas que estão contidas na palavra de Deus, seja escrita ou transmitida por tradição, e que a Igreja, **seja por um julgamento sol**ene, seja pelo magistério ordinário e universal, propõe como sendo divinamente revelado" (Vaticano I: constituição dogmática *Dei Filius,* 26 de abril de 1870, capítulo 3, intitulado "*de fide*"). Portanto, o ensinamento infalível da Igreja pode assumir duas formas: uma definição solene em grande pompa (bula, concílio) ou um documento de aparência modesta (discurso, encíclica...).

Ao apresentar o esquema deste texto aos Padres do Vaticano, Monsenhor Simor, relator da Deputação da Fé, disse-lhes: "Este parágrafo é dirigido contra aqueles que afirmam que só se deve acreditar no que foi definido por um concílio, e que não se está obrigado a crer igualmente no que a Igreja ensinante dispersa prega e ensina de acordo unânime como divinamente revelado" (em: Jean Michel Alfred Vacant: *Estudo sobre as constituições do Concílio do Vaticano* de acordo com os atos do concílio, Paris e Lyon 1895, 1. II. p. 89).

Segundo outro relator da Deputação da Fé, Monsenhor Martin, este parágrafo ensina que o magistério ordinário é tão infalível quanto o magistério extraordinário. "É necessário crer em todas as coisas que Deus revelou e nos propõe crer, por meio da Igreja, e QUALQUER QUE SEJA O MODO DE EXPRESSÃO que ela escolha *(quomodocumque)*. Por esta doutrina é excluído o erro daqueles que querem que se deva apenas crer de fé divina nos artigos de fé formalmente definidos, e que, portanto, se esforçam para reduzir quase ao mínimo a quantidade de verdades a serem cridas" (ibidem, p. 372).

"Jesus Cristo, prestes a retornar ao seu Pai Celestial, prometeu estar com sua Igreja militante na terra TODOS OS DIAS, até a consumação dos séculos. Portanto, ele não deixou EM NENHUM TEMPO (*nullo unquam tempore*) de sustentar sua amada esposa, DE ASSISTI-LA EM SEU ENSINAMENTO, de abençoar suas obras e socorrê-la nos perigos" (Vaticano I: Dei Filius, Prólogo).

Esta infalibilidade diária, atribuída a toda a Igreja em *Dei Filius*, deriva da infalibilidade diária do papa sozinho. Os bispos de todo o mundo não se enganam em seu magistério ordinário diário, porque se apoiam na fé indefectível do pontífice romano. A Igreja é infalível porque repousa sobre o rochedo indestrutível da fé de Pedro. Isso é claramente destacado na constituição dogmática *Pastor Aeternus,* publicada em 18 de julho de 1870 por Pio IX com a aprovação dos Padres do Vaticano.

> "Para que o episcopado fosse uno e não dividido", como está escrito no prólogo de *Pastor Aeternus*, "para que a multidão de todos os fiéis fosse conservada na unidade da fé. [... Cristo colocou] o bem-aventurado Pedro acima dos outros apóstolos [... para que] sobre a firmeza de sua lei se erguesse o sublime edifício da Igreja que deve ser levado até o céu".

O capítulo 4 de *Pastor Aeternus* é mais explícito: "[Os cristãos das províncias] comunicaram ao Sé Apostólico os perigos particulares que surgiam em matéria de fé, para que os danos causados à fé fossem reparados onde ela não pode sofrer **falha** (cf. São Bernardo: *Carta* 190)._ [... Todos os Padres da Igreja e todos os doutores ortodoxos] sabiam perfeitamente que este Sé de Pedro permanecia **puro** de **qualquer erro,** conforme a promessa divina de nosso Senhor e Salvador ao chefe de seus discípulos. 'Eu roguei por ti, para que tua fé não desfaleça; e quando te converteres, fortalece teus irmãos' (cf. a carta do Papa São Agatão ao imperador, aprovada pelo Sexto Concílio Ecumênico)[1]. Este carisma de verdade e fé **sempre indefectível** foi concedido por Deus a Pedro e a seus sucessores nesta cátedra".

O que é notável é que o capítulo 4 de *Pastor Aeternus*, onde se trata da fé inabalável do papa, culmina precisamente com a definição da infalibilidade pontifical.

Esta definição começa com as palavras "Por isso..." Pela expressão "por isso", os Padres estabelecem uma ligação com o que foi mencionado anteriormente, ou seja, a fé inabalável. A infalibilidade do ensinamento - notemos bem a conexão! - decorre da fé sempre pura. Portanto, uma vez que a fé é sempre pura, o ensinamento será consequentemente sempre puro de qualquer erro!

> "Este carisma de verdade e fé sempre indefectível foi concedido por Deus a Pedro e aos seus sucessores nesta cátedra (...) **POR ISSO**, ligando-nos fielmente à tradição recebida desde o início da fé cristã, definimos como um dogma revelado por Deus:

O pontífice romano, quando fala *ex cathedra,* isto é, quando, cumprindo seu dever de pastor e doutor de todos os cristãos, define, com base em sua suprema autoridade apostólica, que uma doutrina sobre a fé ou os costumes deve ser mantida por toda a Igreja, desfruta, pela assistência divina prometida a ele na pessoa de São Pedro, desta infalibilidade que o divino Redentor quis que sua Igreja possuísse ao definir a doutrina sobre a fé e os costumes. Portanto, tais definições do pontífice romano são irrevogáveis por si mesmas e não pelo consentimento da Igreja. Se alguém, o que Deus não permita, tiver a presunção de contradizer esta definição, seja anátema" *(Pastor Aeternus, Cap. 4).*

Destacamos imediatamente que esta definição não prescreve nenhum modo específico de ensino. O Vaticano I afirma: o pontífice romano é infalível "quando ele define", e não "somente quando ele define solenemente". Também não é especificado que o pontífice romano deva obrigatoriamente escrever: "Nós definimos". Basta que ele declare que determinado ponto faz parte da doutrina ou

moral cristã.

Examinemos mais de perto a definição: o papa ensinando sozinho "desfruta [...] desta infalibilidade da Igreja". Ora, esta infalibilidade da Igreja, como vimos no prólogo e no capítulo 3 de *Dei Filius*, abrange ambos os modos de ensino (magistério extraordinário e magistério ordinário). Portanto, o papa ensinando sozinho é infalível ao impor uma doutrina aos fiéis, seja por uma definição solene (modo extraordinário) ou por seu ensinamento cotidiano (modo ordinário).

Vamos lembrar bem disso: o Vaticano I não diz de forma alguma que o papa seria "APENAS" infalível em suas definições solenes. Por quê? Bem simplesmente porque o papa também é infalível em seu ensinamento cotidiano! Isso fica claramente evidenciado em uma explicação de Monsenhor d'Avanzo, relator da Deputação da Fé do Vaticano I:

> "A Igreja é infalível em seu magistério **ordinário,** que é exercido **diariamente principalmente pelo papa,** e pelos bispos unidos a ele, que por essa razão são, como ele, infalíveis pela infalibilidade da Igreja, que é assistida pelo Espírito Santo **todos os dias.** [...]

Pergunta: A quem então pertence todos os dias que Deus faz:

1. declarar as verdades implicitamente contidas na revelação
2. definir as verdades explícitas?
3. defender as verdades atacadas?

Resposta: Ao papa, seja em concílio, seja fora do concílio. De fato, o papa é o Pastor dos pastores e o Doutor dos doutores" (Monsenhor d'Avanzo), relator da Deputação para a fé do primeiro Concílio do Vaticano: "*Status questionis*" ("estado da questão da infalibilidade"), início de julho de 1870; documento histórico nº 565 do apêndice B dos atos do concílio, in: Gerardus Schneemann (ed.): *Acta et decreta sacrosancti oecumenici concilii Vaticani cum permultis aliis documentis ejusque historiam spectantibus,* Freiburg 1892, col.1714)

Aqui está outra intervenção, também do mesmo relator da Deputação da Fé. "Há, na Igreja, **um duplo modo de infalibilidade: o primeiro é exercido pelo magistério ordinário. (...)** Portanto, assim como o Espírito Santo, o Espírito da Verdade permanece TODOS OS DIAS na Igreja, a Igreja também ensina todos os dias as verdades da fé, com a assistência do Espírito Santo. Ela ensina todas as verdades já definidas, ou explicitamente contidas no depósito da revelação, mas ainda não definidas, ou ainda aquelas que são objeto de fé implícita. Estas verdades, a Igreja as ensina DIARIAMENTE, PRINCIPALMENTE PELO PAPA, assim como por cada um dos bispos em comunhão com ele. Todos, tanto o papa quanto os bispos, neste ensinamento ordinário, são infalíveis pela própria infalibilidade da Igreja. Eles diferem apenas nisso: os bispos não são infalíveis por si mesmos, mas precisam da comunhão com o papa que os confirma, MAS O PAPA, ELE NÃO PRECISA DE NADA ALÉM DA ASSISTÊNCIA DO ESPÍRITO SANTO, QUE LHE FOI PROMETIDA. Assim, ele ensina e não é ensinado, ele confirma e não é confirmado" (intervenção oficial de Monsenhor d'Avanzo, relator da Deputação da Fé, diante dos Padres do Vaticano, in: Dom Paul Nau

"O magistério pontifício ordinário, lugar teológico. Ensaio sobre a autoridade dos ensinamentos do sumo pontífice", in: *Revue thomiste,* 1956, p. 389 - 412, separata Neubourg 1962, p. 15)._

Algumas anos após o concílio, o Papa Pio IX criticou os católicos liberais (carta *Per tristissima*, 6 de março de 1873). Nela encontramos uma frase-chave: "Eles se consideram mais sábios do que esta cátedra à qual foi prometido um auxílio divino, especial e PERMANENTE". Visto que a Cátedra de Pedro desfruta de uma assistência permanente do Espírito Santo, a infalibilidade "ordinária" é atribuída não apenas à Igreja universal, mas também ao papa ensinando sozinho. O magistério pontifício ordinário também é infalível.

O conhecimento de todos esses trechos constitui uma ajuda preciosa para entender bem o sentido da famosa definição da infalibilidade pontifícia feita no Vaticano I. Pois o perigo é grande de interpretar mal o *Pastor aeternus.* Um especialista na questão, Dom Nau, advertiu os teólogos que dissertavam sobre o crédito a ser dado ao magistério pontifício: "O perigo mais grave" é "abalando a confiança e a adesão dos fiéis. Seria particularmente perigoso opor magistério solene e ordinário com base em categorias demasiadamente simplistas de falível e infalível" (Nau: *op. cit.*). O domínio da infalibilidade do papa abrange não apenas o magistério extraordinário, mas também o magistério ordinário. A grande maioria dos católicos, sem mencionar os teólogos, sabe que o Vaticano I proclamou a infalibilidade do pontífice romano.

Mas o que é frequentemente **esquecido** é que **o Vaticano I define uma infalibilidade para os *dois* modos de ensino: 1. o ensino pontifício extraordinário (solene); 2. o ensino ordinário.**

O magistério pontifício *ordinário* também é infalível, seja em um discurso, em uma encíclica ou em uma bula de canonização. Para que o texto seja infalível, basta que o papa queira impor uma doutrina a todos os fiéis usando sua autoridade pontifícia. Algumas formulações usadas em documentos relacionados ao magistério ordinário provam que o papa deseja usar sua infalibilidade. Um exemplo disso é:

A proibição da contracepção artificial é "a expressão de uma lei natural e divina, contrária à ordem estabelecida por Deus" (Pio XII: *Discurso às parteiras*, 29-30 de outubro de 1951).

> "Como supremo mestre da Igreja, nós, sentado na cátedra de São Pedro *(ex cathedra Divi Petri)*, pronunciamos solenemente: 'Em honra da Santíssima Trindade e indivisível, para a exaltação da lei católica e a expansão da religião cristã, pela autoridade de NSJC, dos bem-aventurados apóstolos Pedro e Paulo e pela nossa (...), definimos e declaramos que a bem-aventurada Joana Antida Thouret é santa'" (Pio XI: carta decretal *Sub salutiferae*, 14 de janeiro de 1934).

> "Cheios do dever do nosso cargo apostólico, e cheios de solicitude pela nossa santa religião, pela sã doutrina, pela salvação das almas que nos é confiada do

> alto e pelo bem mesmo da sociedade humana, julgamos necessário elevar novamente a voz" (Pio IX: encíclica *Quanta cura*, 8 de dezembro de 1864).

> "Como doutor da Igreja universal", Pio XII ensina os "mistérios revelados por Deus" válidos para "todo o povo de Deus" (encíclica *Mystici corporis*, 29 de junho de 1943). Os termos utilizados por Pio XII não indicam claramente que ele está falando ex cathedra? E esse ensinamento infalível não está presente em um escrito ordinário? Portanto, como podemos limitar o campo da infalibilidade pontifícia apenas às definições solenes, como a definição da Imaculada Conceição em 1854 e da Assunção em 1950? Não seria isso mutilar a doutrina católica?

Visto que alguns teólogos (pseudo-católicos) negavam a infalibilidade do magistério ordinário pontifício, Pio XII reafirmou claramente a infalibilidade permanente dos pontífices: "Não se deve pensar que o que é proposto nas cartas encíclicas não exige por si só o assentimento, sob o pretexto de que os papas não exercem nelas o poder supremo do seu magistério. Com efeito, este ensinamento pertence ao magistério ordinário e para este magistério vale também a palavra de Cristo aos Apóstolos: 'Quem vos ouve, a mim ouve' *(Lucas* X, 16), e frequentemente o que é proposto e imposto nas encíclicas pertence há muito tempo à doutrina católica. Se, nos seus atos, os Sumos Pontífices deliberadamente emitem um julgamento sobre uma questão até então disputada, torna-se evidente a todos que, conforme o espírito e a vontade desses mesmos pontífices, essa questão não pode mais ser considerada uma questão livre entre teólogos" (encíclica *Humani generis*, 12 de agosto de 1950).

Aqui, Pio XII se opõe àqueles que, sob o pretexto de o papa não ensinar solenemente, acreditam que outros escritos podem conter opiniões contestáveis. Mas as encíclicas e outros atos do "magistério ordinário", diz Pio XII, são a voz de Cristo. E como Cristo nunca mente, esses textos são, por natureza, sempre infalíveis. Portanto, a infalibilidade é permanente, não limitada apenas a definições solenes pontuais.

E o mesmo papa disse em outra ocasião: "Assim que se faz ouvir a voz do magistério da Igreja, tanto ordinário quanto extraordinário, receba esta voz com ouvido atento e espírito dócil" (Pio XII aos membros do Angelicum, 14 de janeiro de 1958).

O Papa Leão XIII ordena aos católicos que creiam **em tudo** o que o papa ensina (uma nova prova da infalibilidade permanente do sumo pontífice): "É necessário **aderir** com adesão inabalável a **TUDO** o que os pontífices romanos ensinaram ou ensinarão, e, sempre que as circunstâncias o exigirem, fazer disso profissão pública" (Leão XIII: encíclica *Immortale Dei*, novembro de 1885). O papa não faz nenhuma distinção entre magistério extraordinário ou ordinário: "Portanto, sempre que a palavra deste magistério declare que tal ou tal verdade faz parte do conjunto da doutrina divinamente revelada, cada um deve crer com certeza que isso é verdadeiro; pois se isso de alguma maneira pudesse ser falso, seguir-se-ia, o que é evidentemente absurdo, que Deus mesmo seria o autor do erro dos homens" (Leão XIII: encíclica *Satis Cognitum*, 29 de junho de 1896).

Todas as encíclicas que condenam os erros modernos desde 1789 pertencem ao magistério ordinário. E Leão XIII afirma que a esse respeito, "cada um deve se ater ao julgamento da Sé Apostólica e pensar como ele próprio pensa. Portanto, se, nessas conjunturas tão difíceis [crise da Igreja e da sociedade], os católicos nos ouvirem como devem, eles saberão exatamente quais são os deveres de cada um tanto em teoria quanto em prática" (*Immortale Dei*, 1º de novembro de 1885). Portanto, o magistério pontifício ordinário é infalível. O papa é infalível diariamente.

A expressão "infaillibilité quotidienne du pape" pode surpreender o leitor, pois é raro ler tal afirmação em revistas ou livros atuais. No entanto, essa interpretação do Vaticano I é de fato o reflexo do que o papado ensinou sobre a infalibilidade do magistério pontifício ordinário. Já citamos *Humani Generis*; vamos citar mais uma interpretação autêntica da definição do Vaticano I, que deve ganhar a adesão do leitor, pois vem de um papa:

> "O magistério da Igreja - o qual, segundo o plano divino, foi estabelecido neste mundo para que as verdades reveladas subsistam PERPETUAMENTE e sejam transmitidas facilmente e com segurança ao conhecimento dos homens - se exerce TODOS OS DIAS pelo pontífice romano e pelos bispos" (Pio XI: encíclica *Mortalium Animos*, 6 de janeiro de 1928).

CONCLUSÃO DO SEGUNDO CAPÍTULO:

RESUMO: de acordo com o Concílio Vaticano I, um papa nunca ensinará um erro na fé.

O ensinamento do papa será sempre irrepreensível. Isso é simples de provar, bastando comparar os prólogos de dois textos do Vaticano I:

1.1 A Igreja ensina a verdade todos os dias (prólogo de Dei Filius).

1.2 Esta infalibilidade diária da Igreja ensinante repousa na fé indestrutível do papa (prólogo de Pastor aeternus).

1.3 Portanto, o papa prega a verdade todos os dias, assim como os bispos em comunhão com ele.

Esta conclusão é corroborada por outros documentos do Vaticano I apresentados no capítulo seguinte.

[1] Esta carta está reproduzida no Apêndice A de nosso trabalho.

Revision #3
Created 3 July 2024 02:03:44 by Admin
Updated 3 July 2024 02:07:13 by Admin